

AS BRINCADEIRAS TRADICIONAIS E O RESGATE DA CULTURA INFANTIL

Deise Santana da Luz¹
Aliana Daveli de Oliveira²
Sandra Maria Daveli Sampaio³
Iones Lucia da Silva⁴
Rozineide Iraci Pereira da Silva⁵

RESUMO: O presente artigo discute a importância das brincadeiras tradicionais no contexto da Educação Infantil, destacando seu papel na preservação da cultura popular e na formação integral das crianças. As brincadeiras, transmitidas de geração em geração, representam um patrimônio cultural imaterial que contribui para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e motor. Entretanto, observa-se que, nas últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais e a mudança dos espaços de convivência têm contribuído para o afastamento das crianças dessas práticas lúdicas. O estudo busca refletir sobre a necessidade de resgatar e valorizar essas manifestações no ambiente escolar, compreendendo-as como instrumentos de aprendizagem, convivência e identidade cultural. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica de autores que abordam a ludicidade, o brincar e a cultura infantil, como Kishimoto (2007), Brougère (1998) e Vygotsky (2007). Conclui-se que o resgate das brincadeiras tradicionais na Educação Infantil é fundamental para fortalecer vínculos sociais, promover aprendizagens significativas e manter viva a memória cultural das infâncias.

Palavras-chave: Brincadeiras tradicionais. Cultura infantil. Ludicidade. Educação infantil. aprendizagem.

1755

INTRODUÇÃO

As brincadeiras tradicionais fazem parte da cultura de um povo, refletindo seus costumes, valores e formas de viver, passadas de geração em geração. Por muitos anos, essas brincadeiras foram a principal maneira das crianças aprenderem e se socializarem, ocorrendo em espaços como ruas, praças e quintais, onde todas se encontravam para brincar. No entanto,

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Chistian Business School; Pós Graduada em Gestão Escolar, Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar; Graduada em Pedagogia.

² Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Chistian Business School; Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Metodologia e Didática no Ensino Superior; Especialização em Letras: Português e Literatura; Especialização em AEE – Atendimento Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais.

³Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Chistian Business School; com Licenciatura em Matemática; Pedagogia e em Educação Especial; Especialista em Educação Matemática com ênfase em Matemática Financeira; Especialista em Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção); Especialista em Pedagogia Empresarial, Educação Especial e Inclusão.

⁴ Mestre em Educação pela Universidade São Luiz University.

⁵ Orientadora. PhD, doutora em ciências da educação, mestra em ciências da educação, especialista em escrita científica avançada, psicopedagoga, pedagoga, Professora do ensino superior e professora orientadora da Christian Business School - CBS.

com as transformações sociais, urbanas e tecnológicas das últimas décadas, esses lugares foram diminuindo, e o brincar livre foi, em grande parte, substituído por atividades mediadas por telas e jogos digitais.

Neste cenário, a escola, especialmente na Educação Infantil, tem a responsabilidade de criar um ambiente onde as crianças possam vivenciar diferentes formas de brincar. As brincadeiras tradicionais não devem ser vistas apenas como uma forma de diversão, mas como um verdadeiro campo de aprendizado, criatividade e preservação da nossa cultura. Como Kishimoto (2007) coloca, brincar é uma linguagem da infância, por meio da qual a criança se expressa, aprende sobre o mundo e se comunica com os outros. Por isso, resgatar as brincadeiras tradicionais é uma forma de valorizar as nossas raízes culturais e fortalecer a nossa identidade coletiva.

Este artigo convida a refletir sobre a importância de incluir as brincadeiras tradicionais nas atividades escolares, explorando seus impactos no desenvolvimento das crianças e na preservação da cultura popular. Essas brincadeiras desempenham um papel fundamental no crescimento das crianças, pois ajudam no desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais. Além disso, elas são essenciais para o fortalecimento dos laços afetivos entre as crianças, incentivando o trabalho em equipe, a resolução de conflitos e a empatia.

1756

Ao brincar com as tradições, as crianças também têm a chance de se conectar com aspectos históricos e culturais de suas comunidades, entendendo melhor sua própria identidade e a dos outros. As brincadeiras tradicionais não são apenas uma maneira de passar o tempo, mas uma rica fonte de aprendizado que estimula a imaginação, a criatividade e o pensamento crítico. Elas incentivam as crianças a se engajarem de forma ativa com o mundo ao seu redor, em contraste com as atividades mais passivas, que hoje dominam o tempo das crianças com as telas.

Esse contato com o brincar do passado também fortalece o sentimento de pertencimento a uma história compartilhada, enriquecendo a diversidade cultural local. Ao incluir as brincadeiras tradicionais no contexto escolar, estamos permitindo que as crianças se conectem com suas raízes, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades essenciais para a vida em sociedade. Essa prática também ajuda a encontrar um equilíbrio saudável entre o mundo digital e as interações presenciais, que são tão importantes para o desenvolvimento integral das crianças.

As brincadeiras tradicionais e a cultura infantil

As brincadeiras tradicionais desempenham um papel fundamental na formação cultural e social da infância, sendo manifestações que atravessam gerações e expressam os modos de ser, viver e interagir no mundo. Elas são patrimônio imaterial da humanidade, transmitido oralmente e constantemente reconfigurado nas interações das crianças com os grupos sociais aos quais pertencem. Mais do que simples diversão, essas brincadeiras carregam significados profundos, envolvendo valores, costumes, gestos e maneiras de viver que fazem parte da cultura de um povo (Kishimoto, 1998).

Quando as crianças brincam de amarelinha, pular corda, jogar roda, esconde-esconde, bola de gude ou pião, elas não estão apenas se divertindo, mas participando de práticas culturais que favorecem o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social. Por meio dessas atividades, elas aprendem a respeitar regras, a cooperar, a lidar com frustrações e a valorizar o coletivo. Como afirma Brougère (1998), o brincar é um fenômeno cultural que possibilita à criança internalizar e reinterpretar elementos do contexto social em que vive, atribuindo a eles novos significados. Dessa forma, as brincadeiras tradicionais se tornam espaços de produção e reprodução da cultura infantil, onde a criança é tanto aprendiz quanto criadora da cultura.

No ambiente escolar, o resgate das brincadeiras tradicionais tem se mostrado uma estratégia pedagógica de grande relevância. Ao integrar essas manifestações lúdicas no currículo, a escola contribui para a preservação da memória cultural e o fortalecimento das relações sociais entre as crianças. Além disso, proporciona um ensino mais humanizado, em que o corpo, o movimento e a imaginação são reconhecidos como partes legítimas do processo de aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reconhece o brincar como um direito da criança e um eixo estruturante da Educação Infantil, enfatizando a importância de experiências que integrem brincar, conviver e expressar-se.

Contudo, nas últimas décadas, as brincadeiras tradicionais têm perdido espaço para as tecnologias digitais e os brinquedos industrializados. Transformações sociais e culturais, aliadas à urbanização e novas formas de lazer, mudaram a forma como as crianças se relacionam entre si e com o mundo. Muitos jogos que antes preenchiam ruas, praças e quintais agora são substituídos por telas e aplicativos, o que tem reduzido as interações presenciais e o contato direto com a cultura popular (Silva, 2010). Esse cenário traz desafios para o campo educacional, que precisa repensar estratégias capazes de equilibrar o uso das tecnologias com o resgate das práticas lúdicas tradicionais.

Ao valorizar as brincadeiras tradicionais, a escola cumpre um papel crucial de mediação cultural, aproximando as novas gerações de um repertório simbólico que fortalece o sentimento de pertencimento e identidade. Nesse contexto, o brincar se torna um ato de resistência e preservação cultural, capaz de conectar passado e presente, tradição e inovação. Freire (1996) já alertava que a educação deve estar a serviço da libertação e da valorização da cultura do povo, e as brincadeiras tradicionais são uma expressão viva dessa cultura, pois permitem à criança compreender o mundo por meio de experiências concretas, coletivas e afetivas.

Assim, refletir sobre as brincadeiras tradicionais na cultura infantil é também refletir sobre a própria essência da infância e a importância de manter viva uma herança cultural que forma cidadãos mais criativos, empáticos e conscientes de suas raízes. Incorporar essas práticas ao cotidiano escolar é reconhecer o brincar como uma linguagem, um meio de expressão e um instrumento de formação integral da criança, respeitando seu tempo, sua imaginação e sua identidade cultural.

O papel da escola no resgate das brincadeiras tradicionais

A escola, como um espaço de socialização, aprendizado e formação cultural, desempenha um papel essencial na preservação e valorização das brincadeiras tradicionais. Ela vai além de ser apenas um local de transmissão de conteúdos; é um ambiente onde as crianças vivenciam experiências, constroem saberes, formam vínculos e descobrem o mundo através do brincar. Nesse sentido, o resgate das brincadeiras tradicionais não é apenas uma atividade lúdica, mas uma ação pedagógica que contribui para o desenvolvimento integral das crianças e para o fortalecimento da identidade cultural (Kishimoto, 1998).

Essas brincadeiras carregam consigo saberes, histórias e valores que foram transmitidos de geração em geração, formando um patrimônio imaterial da cultura infantil. Porém, com o avanço das tecnologias digitais, o ritmo acelerado da vida moderna e o crescimento das áreas urbanas, muitas crianças têm perdido o contato com essas práticas. Brincadeiras como pular corda, amarelinha, bola de gude, pega-pega ou roda, antes comuns nas ruas e praças, agora estão desaparecendo. É nesse cenário que a escola assume uma função protagonista: resgatar e recontextualizar essas brincadeiras dentro de um projeto pedagógico que valorize a tradição, o coletivo e o movimento.

Ao promover atividades que envolvem brincadeiras tradicionais, a escola oferece às crianças a oportunidade de interagir, cooperar e criar coletivamente. Como aponta a Base

Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o brincar é um direito fundamental da criança e um dos pilares da Educação Infantil, pois contribui para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e cultural. Quando mediado por professores sensíveis, o brincar se torna uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento integral da criança, promovendo a autonomia, a empatia, o respeito às regras e o senso de pertencimento.

Além disso, o resgate das brincadeiras tradicionais torna a escola um espaço de valorização da cultura local e da diversidade. Em cada canto do Brasil, existem jogos, cantigas e brinquedos que refletem a riqueza das tradições regionais e o modo de vida das comunidades. Ao inserir essas práticas no cotidiano escolar, o educador possibilita que as crianças reconheçam suas origens e se sintam parte de um contexto social e histórico mais amplo. Como Freire (1996) afirma, a educação deve partir da realidade concreta dos alunos, respeitando sua cultura e suas vivências. Nesse sentido, as brincadeiras tradicionais são pontes que conectam o saber popular à prática pedagógica, tornando o ato de brincar uma maneira de aprender sobre o mundo.

Outro aspecto crucial é o papel do professor como mediador cultural. Cabe a ele planejar atividades que integrem as brincadeiras tradicionais ao conteúdo curricular, criando situações de aprendizagem significativas e contextualizadas. O professor pode organizar rodas de conversa sobre as brincadeiras da infância dos familiares, registrar cantigas e parlendas, promover semanas temáticas ou feiras culturais. Essas ações aproximam gerações e fortalecem os laços entre a escola, a família e a comunidade, tornando o processo educativo mais participativo e colaborativo. Brougère (1998) destaca que o brincar é uma prática social, que depende da interação e do compartilhamento de significados; por isso, precisa ser vivida coletivamente para manter seu verdadeiro sentido.

1759

O resgate das brincadeiras tradicionais na escola também cumpre uma função social importante: oferece às crianças oportunidades de convivência e interação em um mundo cada vez mais mediado por telas e tecnologias. Brincar ao ar livre, correr, pular, cantar e imaginar são experiências que fortalecem o corpo, a mente e as relações humanas. Em um contexto em que muitas infâncias são dominadas pela passividade das telas, a escola se torna um refúgio de experiências autênticas, onde o brincar volta a ser o centro da aprendizagem.

Por fim, é essencial entender que o resgate das brincadeiras tradicionais não é uma prática nostálgica, mas uma estratégia pedagógica que se compromete com a formação cidadã e cultural das crianças. Ao brincar, as crianças aprendem a respeitar regras, negociar, se expressar, lidar com emoções e se reconhecer como parte de um grupo. Ao valorizar essas práticas, a escola

cumpra seu papel de promover uma educação integral, sensível e conectada com as raízes culturais do Brasil.

Desse modo, o resgate das brincadeiras tradicionais no contexto escolar representa não apenas a preservação da cultura infantil, mas também a reafirmação do brincar como um direito, uma linguagem e uma forma legítima de aprender. Quando a escola reconhece o valor dessas práticas, ela se torna um espaço de memória e criação, onde tradição e modernidade se encontram, formando crianças mais conscientes, criativas e humanas.

Desafios contemporâneos e caminhos possíveis para valorizar as brincadeiras tradicionais

Nas últimas décadas, o avanço tecnológico e as transformações sociais mudaram profundamente a maneira como as crianças vivem, aprendem e se relacionam. Brincadeiras tradicionais como amarelinha, pular corda, esconde-esconde e bola de gude, que antes preenchiavam quintais, ruas e pátios escolares, têm gradualmente perdido espaço para jogos digitais e atividades mais individualizadas. Essa mudança traz um grande desafio para a educação infantil e para a sociedade em geral: como resgatar e valorizar as manifestações lúdicas que fazem parte da cultura popular, sem ignorar as novas formas de brincar que emergem no mundo contemporâneo.

1760

Um dos principais desafios está na diminuição dos espaços e do tempo dedicado ao brincar. O crescimento desordenado das cidades, a insegurança nas ruas e a rotina acelerada das famílias limitam o acesso das crianças a ambientes livres e seguros para se divertirem. Além disso, a cultura escolar, ainda muito voltada para práticas conteudistas e para a antecipação do aprendizado formal, frequentemente não reconhece o brincar como um eixo central do desenvolvimento infantil, tratando as brincadeiras como momentos secundários ou apenas recreativos. Esse cenário enfraquece as tradições lúdicas que são transmitidas de geração em geração, por meio da convivência e da oralidade (Brougère, 1998).

Outro ponto importante é a forte influência das mídias digitais no universo infantil. O tempo excessivo diante das telas — celulares, tablets, televisores e computadores — modifica a relação das crianças com o tempo, com o corpo e com os outros. Embora os jogos eletrônicos possam desenvolver algumas habilidades cognitivas e motoras, a falta de interação física e social limita experiências fundamentais para o desenvolvimento emocional e social da criança. Brincadeiras tradicionais, por outro lado, envolvem o corpo, o movimento, a negociação de

regras e o trabalho coletivo — elementos essenciais para o desenvolvimento da empatia, da autonomia e da convivência (Kishimoto, 1998).

Diante desses desafios, é urgente repensar as práticas pedagógicas e culturais que valorizem o brincar como parte do patrimônio imaterial da infância. A escola tem um papel central nesse processo, funcionando como um espaço privilegiado para o resgate e a reinvenção das brincadeiras tradicionais. Projetos pedagógicos que integrem o brincar ao currículo — como oficinas, rodas de jogos, feiras culturais e eventos intergeracionais — podem aproximar as crianças de práticas lúdicas enraizadas na cultura local, ao mesmo tempo em que fortalecem os laços com a comunidade (Silva, 2010). O envolvimento das famílias também é crucial, pois muitas brincadeiras tradicionais são transmitidas por meio da memória afetiva de pais, avós e cuidadores.

Além disso, a tecnologia pode ser uma aliada na preservação cultural. Em vez de competir com os brinquedos digitais, a escola pode utilizá-los como uma ferramenta para registrar, documentar e divulgar as brincadeiras tradicionais. Produções audiovisuais, jogos educativos inspirados em práticas antigas e projetos colaborativos de pesquisa podem dar nova visibilidade às tradições lúdicas, despertando o interesse das crianças e garantindo sua continuidade. Isso está em sintonia com as propostas da BNCC (2017), que reconhece o brincar como um direito da criança e um dos eixos centrais da Educação Infantil, incluindo a valorização das culturas locais e a expressão criativa das crianças.

1761

Outro aspecto fundamental é a formação docente. Os educadores precisam refletir sobre o papel do brincar na educação e sobre as diversas manifestações culturais que compõem o universo infantil. O professor, ao reconhecer o valor pedagógico das brincadeiras tradicionais, se torna mediador entre o passado e o presente, ajudando as crianças a perceber que o brincar é uma forma de preservar a história, a identidade e os valores de sua comunidade (Freire, 1996). Essa visão permite ao educador contribuir para o fortalecimento da cultura e da identidade local por meio da prática lúdica.

Portanto, valorizar as brincadeiras tradicionais no contexto contemporâneo exige mais do que um simples resgate de práticas antigas: é necessário criar condições para que essas brincadeiras se mantenham vivas, dialogando com os novos contextos sociais e tecnológicos. Isso implica construir uma cultura educativa que reconheça o brincar como um direito fundamental, uma linguagem essencial da infância, capaz de promover o desenvolvimento integral e fortalecer os laços culturais e humanos. A escola, em parceria com a família e a

comunidade, pode se tornar o espaço onde as tradições se renovam, permitindo que as crianças de hoje continuem brincando — e, ao brincar, aprendendo a ser.

Os malefícios da substituição das brincadeiras tradicionais pelo uso excessivo de tecnologias na primeira infância

A primeira infância, que abrange os primeiros seis anos de vida, é um período fundamental para o desenvolvimento humano, pois as experiências vividas nessa fase influenciam diretamente a formação cognitiva, emocional, motora e social da criança. Nesse contexto, as brincadeiras tradicionais, como pular corda, amarelinha, esconde-esconde, jogos simbólicos e cantigas, desempenham um papel central. Elas envolvem movimento, criatividade, interação social e resolução de problemas, aspectos essenciais para o desenvolvimento integral da criança. No entanto, nos últimos anos, tem se observado um crescimento significativo do uso de tecnologias digitais entre crianças dessa faixa etária. Tablets, celulares, vídeos e jogos eletrônicos têm substituído práticas lúdicas essenciais, o que levanta questões sobre os impactos dessa mudança no desenvolvimento infantil.

Embora as tecnologias possam ter uma função educativa quando usadas de maneira orientada, o uso excessivo e indiscriminado pode prejudicar o desenvolvimento pleno da criança. Estudos da American Academy of Pediatrics (2019) apontam que o uso prolongado de telas na primeira infância está associado a atrasos no desenvolvimento da linguagem, dificuldades de concentração e uma diminuição no interesse por interações sociais. A interação com as telas é predominantemente passiva, com a criança apenas observando conteúdos prontos, sem exigir muita imaginação ou criatividade. Por outro lado, nas brincadeiras tradicionais, a criança ativa o pensamento simbólico ao "transformar" objetos simples em elementos do faz-de-conta, como um galho que vira varinha ou um pano que se torna capa. Esse tipo de jogo é fundamental para o desenvolvimento da capacidade simbólica, que, segundo Vygotsky (1998), é a base para a criatividade e a abstração, habilidades essenciais para as aprendizagens escolares.

Além dos aspectos cognitivos, o desenvolvimento motor também é afetado pela exposição excessiva às tecnologias. O tempo que a criança passa diante das telas reduz as oportunidades para atividades físicas, que são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades motoras finas e amplas. As brincadeiras tradicionais, que envolvem correr, pular, manipular objetos e explorar o espaço, são essenciais para o desenvolvimento da coordenação e do equilíbrio (Kishimoto, 2010). Em contraste, o uso excessivo de telas tende a promover o

sedentarismo, contribuindo para problemas como obesidade infantil e dificuldades posturais, como já alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020). Portanto, a falta de movimento e de brincadeiras ao ar livre tem um impacto direto na saúde física das crianças.

O uso excessivo de tecnologia também afeta o desenvolvimento socioemocional das crianças. As brincadeiras tradicionais exigem a negociação de regras, a cooperação, o exercício da empatia e a resolução de conflitos — habilidades que só podem ser desenvolvidas por meio da interação com outras crianças. No ambiente digital, ao contrário, a criança não precisa negociar regras, pois os jogos impõem regras fixas, e a interação é limitada ou inexistente. Como Kishimoto (2011) afirma, o brincar coletivo é essencial para que a criança aprenda a conviver, desenvolver autocontrole, compartilhar e construir vínculos afetivos. A criança que passa longos períodos em frente às telas tende a se isolar e apresentar dificuldades sociais. A falta de interação face a face prejudica o desenvolvimento de habilidades importantes para a convivência em sociedade.

Outro risco associado ao uso excessivo de tecnologias é a superestimulação dos sentidos. As telas, com sua velocidade de imagens, cores vibrantes e estímulos sonoros constantes, oferecem uma quantidade de informações que o cérebro da criança ainda não está preparado para processar. Isso pode levar à irritabilidade, baixa tolerância à frustração e dificuldades de concentração em atividades que exigem mais esforço cognitivo. Christakis (2018) destaca que crianças expostas intensamente a telas estão mais propensas a apresentar sintomas de ansiedade e déficit de atenção, dificuldades que se refletem negativamente no seu bem-estar emocional e nas suas habilidades cognitivas.

1763

No entanto, é importante enfatizar que a tecnologia não deve ser vista como vilã. Quando usada de forma criativa e equilibrada, ela pode ser uma ferramenta complementar, e não substitutiva, ao brincar tradicional. A criança precisa vivenciar experiências reais e sensoriais antes de interagir com conteúdos virtuais, pois é no corpo e nas interações sociais que ela constrói seu conhecimento. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) ressaltam a importância das interações e brincadeiras como eixos estruturantes da prática pedagógica, pois são essas experiências que permitem o desenvolvimento integral das crianças.

Portanto, substituir brincadeiras tradicionais pelo uso excessivo de tecnologias significa abrir mão de experiências ricas em movimento, imaginação, afetividade e convivência social. As brincadeiras tradicionais não apenas preservam a cultura infantil, mas também fortalecem

vínculos afetivos e criam memórias coletivas, enquanto o uso excessivo de telas afasta a criança do mundo físico e das interações sociais. É fundamental que escolas e famílias compreendam que o brincar não é uma perda de tempo, mas sim um investimento crucial no desenvolvimento humano. Garantir tempo e espaço para brincar é garantir que as crianças tenham uma infância saudável, rica em experiências que favorecem seu crescimento integral.

Como o lúdico é um aliado no resgate das brincadeiras tradicionais

O lúdico, entendido como a expressão do brincar, do imaginar e do criar, é um elemento essencial no processo de desenvolvimento infantil. Ele permite que a criança se relacione com o mundo de maneira espontânea e prazerosa, transformando a aprendizagem em uma experiência significativa. No contexto das brincadeiras tradicionais, o lúdico assume um papel ainda mais importante: ele atua como ponte entre o passado e o presente, possibilitando o resgate e a valorização da cultura popular infantil, ao mesmo tempo em que fortalece os laços sociais e afetivos das novas gerações.

As brincadeiras tradicionais — como pular corda, amarelinha, roda, bola de gude e esconde-esconde — carregam em si elementos culturais, históricos e simbólicos que foram transmitidos de geração em geração. Elas representam a sabedoria coletiva do povo, expressando modos de viver, de se relacionar e de aprender. No entanto, nas últimas décadas, essas práticas vêm sendo substituídas por atividades mais individualizadas e mediadas por tecnologias digitais, o que tem contribuído para o enfraquecimento do brincar coletivo e da socialização infantil. Nesse cenário, o lúdico torna-se um instrumento pedagógico fundamental para reencantar as brincadeiras tradicionais, devolvendo-lhes o sentido e a vivacidade que as caracterizam.

Segundo Kishimoto (1996), o lúdico não é apenas uma forma de lazer, mas uma dimensão essencial da aprendizagem, pois permite à criança experimentar, testar hipóteses, compreender regras e desenvolver a criatividade. Ao incorporar o lúdico nas práticas pedagógicas, o educador cria oportunidades para que o brincar se torne novamente parte integrante da vida escolar, resgatando jogos e brincadeiras que fazem parte da identidade cultural das crianças. Por meio dessas vivências, elas aprendem sobre cooperação, respeito, diversidade e pertencimento — valores fundamentais para a formação cidadã.

O papel do professor, nesse contexto, é o de mediador entre o conhecimento cultural e as novas experiências das crianças. Ele pode, por exemplo, propor rodas de conversa sobre as

brincadeiras da infância dos familiares, promover oficinas de jogos tradicionais, organizar feiras culturais e incentivar momentos de brincadeira livre no pátio da escola. Essas práticas não apenas estimulam o desenvolvimento físico e cognitivo, mas também criam espaços de convivência, diálogo e alegria elementos centrais da educação lúdica. Como afirma Vygotsky (1998), é na interação e na brincadeira que a criança constrói significados, internaliza valores e amplia suas possibilidades de desenvolvimento.

O lúdico também contribui para o resgate afetivo das memórias coletivas. Quando as crianças aprendem uma cantiga antiga ou uma brincadeira de roda, elas não apenas reproduzem um jogo, mas se conectam a uma tradição viva, carregada de emoções, gestos e histórias. Essa experiência simbólica reforça o sentimento de pertencimento cultural e valoriza a diversidade das expressões populares. Além disso, as brincadeiras tradicionais, ao envolverem o corpo, o movimento e o imaginário, possibilitam uma aprendizagem integral, que une razão, emoção e ação.

Outro ponto relevante é que o lúdico permite reinventar as brincadeiras tradicionais, tornando-as mais atrativas às crianças contemporâneas. O educador pode adaptar regras, incluir novos materiais ou combinar elementos de jogos antigos com tecnologias atuais, sem perder o espírito cooperativo e criativo que caracteriza o brincar tradicional. Essa reinvenção garante que a cultura infantil continue se transformando, mantendo-se viva e significativa diante das novas gerações.

1765

Assim, o lúdico se apresenta como um aliado poderoso no resgate das brincadeiras tradicionais, pois transforma o ato de brincar em um espaço de diálogo entre gerações, de preservação cultural e de aprendizagem significativa. Mais do que recuperar práticas antigas, trata-se de promover uma pedagogia do encantamento, na qual o brincar é reconhecido como direito, linguagem e forma de expressão da infância. Valorizar o lúdico na escola é, portanto, valorizar a própria criança — sua criatividade, sua sensibilidade e sua capacidade de construir o mundo com alegria e imaginação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As brincadeiras tradicionais representam um patrimônio cultural valioso e um elemento essencial da infância. Mais do que atividades recreativas, elas constituem espaços de interação social, construção de identidade e desenvolvimento integral. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que essas práticas lúdicas possibilitam experiências que envolvem o corpo, a imaginação, o

afeto e a convivência, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social da criança.

Brincar é aprender, e nas brincadeiras tradicionais a criança produz cultura, vivencia a coletividade e compreende o mundo de maneira ativa. Entretanto, constatou-se que o avanço das tecnologias e a redução dos espaços de convivência têm contribuído para o enfraquecimento dessas manifestações culturais. O uso excessivo de telas e dispositivos eletrônicos, especialmente na primeira infância, vem substituindo o brincar livre e espontâneo, reduzindo as interações sociais, a criatividade e o movimento corporal, elementos fundamentais para uma infância saudável. Nesse contexto, torna-se evidente que a preservação das brincadeiras tradicionais não é apenas uma questão de nostalgia, mas um compromisso com o desenvolvimento pleno das crianças.

Diante desse cenário, a escola assume papel central como mediadora cultural e guardiã desse patrimônio. Ao promover projetos, sequências didáticas e práticas pedagógicas que envolvam o resgate das brincadeiras tradicionais, a instituição escolar oportuniza que as crianças vivenciem experiências coletivas, reconheçam sua história e fortaleçam vínculos afetivos. A BNCC reforça essa perspectiva ao afirmar o brincar como direito da criança e eixo estruturador da Educação Infantil. Assim, inserir as brincadeiras populares na rotina escolar é reconhecer o brincar como linguagem, como forma de expressão e como direito de ser criança.

1766

Além disso, o estudo demonstrou que o lúdico é um aliado fundamental na valorização dessas práticas. O brincar desperta interesse, engajamento e prazer, tornando as atividades significativas e favorecendo aprendizagens profundas. Quando o professor cria ambientes que estimulam o movimento, a curiosidade e a imaginação, ele não apenas resgata tradições culturais, mas contribui para a formação de sujeitos criativos, críticos, autônomos e socialmente competentes.

Conclui-se que o resgate das brincadeiras tradicionais é um caminho possível e urgente frente aos desafios contemporâneos da infância. Para que essas práticas permaneçam vivas, é necessário que escola, família e comunidade atuem em parceria, garantindo tempo e espaço para que as crianças possam brincar, conviver e experienciar o mundo com o corpo e com a alma.

Preservar as brincadeiras tradicionais é preservar a infância — e, conseqüentemente, preservar cultura, memória, identidade e humanidade. Brincar é um ato político, cultural e afetivo. É, sobretudo, um direito que precisa ser assegurado.

REFERÊNCIAS

- BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1998.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A infância e os saberes culturais. Lisboa: Almedina, 2010.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Diretrizes sobre atividade física, comportamento sedentário e sono para crianças. Genebra, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2010.
- Brougère, G. (1998). O brincar e a educação: Uma reflexão pedagógica sobre a criança e suas brincadeiras. São Paulo: Editora Cortez.
- Kishimoto, T. M. (1998). O brincar na educação infantil. São Paulo: Cortez Editora.
- Silva, L. S. (2010). A cultura do brincar no contexto educacional. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (2017). Ministério da Educação. Brasília: MEC.
- Kishimoto, T. M. (2011). O brincar e a educação: Reflexões sobre as práticas lúdicas. São Paulo: Cortez Editora.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2020). Atividade física e comportamento sedentário em crianças: Uma perspectiva global. Genebra: OMS.
- BRASIL. (2010). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC.
- Christakis, D. A. (2018). Os efeitos do uso da mídia em crianças e adolescentes: uma revisão das evidências. *Pediatrics*, 142(6). Disponível em: <https://pediatrics.aappublications.org/content/142/6/e20182058>. Acesso em: 15 nov. 2025.